



# Anais da Assembléia

Nº 49

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 04 DE JUNHO DE 1984

ANO X

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 045.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1984  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor do Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Deputados Werner Wanderer e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Raulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, a tramitação, em regime de urgência, do Projeto de Lei n.º 24/84, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roncador.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, regimentalmente REQUER, que após ouvido o competente Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem ELÁDIO SATELLI, ocorrido ontem na cidade de Campina da Lagoa - PR.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja levada ao conhecimento dos familiares, no seguinte endereço: Rua XV de Novembro, 1630 - Campina da Lagoa - PR. CEP 87.346.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Professor Moacyr Teixeira, ocorrido em 29/05/84, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Feita em Plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Irton Grande, ocorrido ontem em Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Sartori, ocorrido em Cascavel, e que seja enviada cópia à família na Rua Santa Catarina, 1121 e a Sérgio Sartori, na Rua Souza Naves, 442, ap. 504 em Cascavel.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva prestar uma justa homenagem a um dos mais eminentes pioneiros do município e de tradicional família cascavelense.

Exemplar chefe de família, honrou sua existência marcada pelo trabalho e honradez.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor ao Governo da Bolívia por sua atitude soberana de suspender o pagamento das amortizações e dos juros devidos aos bancos privados internacionais e somente cumprir as obrigações pendentes com os organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando a manutenção do fluxo de créditos destas entidades.

O pedido de moratória, decisão unilateral do governo boliviano, é uma posição firme do país irmão de não tolerar mais as absurdas imposições do Fundo Monetário Internacional e soma-se com a recente postura do Brasil, Argentina, México e Colômbia, que em nota conjunta criticaram a recente elevação dos juros internacionais, as barreiras protecionistas impostas pelos países ricos e a política recessionista receitada pelo FMI.

Cresce, assim, a importância da reunião latino-americana de Ministros das Finanças, com o objetivo de discutir o problema da dívida externa. Somente uma atitude firme, soberana e independente dos países da América Latina e de todo o Terceiro Mundo permitirá uma negociação digna de nossas dívidas externas e o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial, que garanta paz, progresso e democracia para todos os povos.

Outrossim, solicitamos que seja dado conhecimento da decisão desta Casa de Leis à Embaixada da Bolívia e ao Itamaraty.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Casa, um voto de aplausos ao Ilustríssimo Senhor Doutor Paulo Munhoz da Rocha, mui digno Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal e ao Dr. Helson Ricardo Hoppen

Chefe do terceiro Distrito de Produção, sediado em União da Vitória, pela passagem do quadragésimo ano de instalação daquela unidade.

O antigo 5.º Distrito de Transportes da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, hoje denominado 3.º Distrito de Produção, foi instalado em 1944, no dia 10 de julho, por ato do então Diretor Geral da Rede, Coronel Durival de Brito e Silva, cuja comissão de instalação e organização designada por aquela autoridade foi composta pelos servidores: Ramiro Emerenciano e Armando Prince, ambos de saudosa memória, e dos Senhores Emílio Piloto Bastos, José Waldemar Jordani e Ireno Vicente.

Em razão de ser Porto União da Vitória, um entroncamento ferroviário com tráfego intenso, a criação daquela unidade veio em consequência beneficiar e acelerar o desenvolvimento das regiões Sul e Sudoeste do Paraná e da região do Vale do Rio do Peixe, no Oeste catarinense, entendida como condesação dos interesses do empresariado e das aspirações do povo daquela região, traduzindo em realidade o marco inicial plantado em 1905, época em que os trilhos da então Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande atingiram a cidade de União da Vitória, propiciando a inauguração da primeira Estação Ferroviária.

Na época era flagrante o predomínio do transporte pela Rede Ferroviária, transportando-se a riqueza da região, cujo crescimento deveu-se à agilização do transporte adotado com a instalação do quinto Distrito, constituindo-se esse Distrito na força polarizadora, especialmente no transporte de madeira, em cuja região encontrava-se "CAÇADOR", então denominada Capital Mundial da Madeira.

Neste contexto os Diretores da época com clarividência e com discernimento souberam distinguir o que verdadeiramente era necessário para o escoamento da riqueza da região.

O desenvolvimento de Porto União da Vitória, bem como de toda a região, através dos anos, deveu-se também à iniciativa privada e, exigiu em contrapartida, esforços concentrados das administrações municipais na execução de obras de infraestrutura que objetivaram melhorar as condições de vida de seu povo.

Hoje, decorridos 40 anos, podemos afirmar que a cada apito de trem manipulado por seus orgulhosos maquinistas a ecoarem nos grotões do trecho, simbolizam um hino de glória para quantos tiveram e tem a honra de viver ao longo dessa ferrovia. E União da Vitória, com a atração monumental de seu Padroeiro e Protetor, o SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, que edificado em seu ponto mais alto, abençoa e protege permanentemente o povo de toda a região, orgulha-

-se de ter sido marco propulsor no desenvolvimento do meio de transporte que dinamizou a política viária de então.

Requer, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Ilustríssimo Senhor Doutor Paulo Munhoz da Rocha, mui digno Diretor Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal S/A., com sede à Rua João Negrão, 940, em Curitiba, e ao Doutor Helson Ricardo Hoppen, Chefe do 3.º Distrito de Produção da Rede Ferroviária Federal S/A em União da Vitória, solicitando a este para que dê conhecimento desta mensagem a todos os funcionários do referido Distrito de Produção, homenageando-os pela dedicação e desprendimento com que colaboraram para o desenvolvimento da região, aos quais enviamos um Caçua de encômios.

Requer, finalmente, dê-se ciência deste, aos Excelentíssimos Senhores Alcides Fernandes Luiz, disgníssimo Prefeito Municipal de Porto União, aos Senhores vereadores dos respectivos municípios e aos Senhores Presidentes das Associações Comerciais de Porto União, União da Vitória, Caçador, Videira e Joaçaba.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do IPE, Instituto de Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que seja autorizado o atendimento odontológico por esse órgão previdenciário junto a municipalidade de Peabiru.

Grande parte do funcionalismo estadual de Peabiru não tem à sua disposição atendimento odontológico de caráter público, o que motiva a apresentação deste requerimento, além da real necessidade de ampliação dos benefícios. Ademais, é amplamente possível notar que a cidade de Peabiru há muito deixou de ter uma estrutura de assistência médica à altura do seu crescimento verificado ao longo dos últimos anos, em que pese os incontidos esforços daquela Administração Municipal, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Proença.

Portanto, é imprescindível assegurar não apenas a Peabiru, e sim à sua rica região, a formação de uma nova realidade no setor previdenciário, começando pela implantação do atendimento odontológico através do IPE.

Espera-se, neste sentido, o devido encaminhamento ao que ora é proposto, aten-

dendo deste modo, a iniciativa do ilustre suplente de Vereador pelo PMDB, Senhor Antônio Flauzino.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que, de acordo com estudos a serem desenvolvidos, avalie a real possibilidade de se efetuar a ampliação da rede de telefonia na municipalidade de Juranda.

De um total de vinte municípios que integram a COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, sem dúvida alguma que o Município de Juranda é que apresenta as maiores dificuldades de ordem estruturais, decorrentes das dificuldades vivenciadas em face de que Juranda emancipou-se há menos de três anos. Tal conjuntura referente ao seu desmembramento, faz com que haja a real necessidade de se implantar inúmeras benfeitorias, a começar pela instalação de diversas unidades administrativas tanto no plano municipal, estadual como também federal. Neste sentido, é inegável os esforços desenvolvidos pelo Executivo Municipal aliadas também ao legislativo, no intuito de criar mecanismos capazes de superar os problemas que mais afligem os moradores daquela cidade.

Dentre os problemas encontrados em Juranda, indiscutivelmente um dos que mais exige uma definição, em termos de sua efetiva solução, é referente ao âmbito da rede de telefonia. Pois, atualmente, o número de aparelhos que existem são insuficientes, justificado inclusive pelos constantes reclamos dos moradores de Juranda, que estão a reivindicar a imediata liberação de mais linhas, além de que são necessárias as ampliações do sistema de telefonia.

Portanto, trata-se a referida reivindicação, de uma grande aspiração de toda a cidade de Juranda, especialmente no tocante a ampliação da rede de telefonia, que por sua vez, merecerá dessa TELEPAR juntamente com a Secretaria de Estado do Interior o devido encaminhamento.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação objetivando a designação de técnicos especializados para auxiliarem na imediata montagem de um laboratório no Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, localizado na municipalidade de Mariluz.

Aquele estabelecimento educacional da cidade de Mariluz, recebeu, em forma de doação dessa Secretaria de Estado da Educação, já há alguns anos, um laboratório, cujos equipamentos ainda se encontram em suas embalagens originais, exatamente porque o Colégio Estadual José Alfredo de Almeida não dispõe de pessoas que possam realizar a sua montagem. Tal situação é um fato profundamente lamentável, pois impede que o conjunto dos professores possam realizar aulas com práticas laboratoriais para o estudantado, notadamente os que cursam, à nível de primeiro e segundo grau, Química e Física.

Visa o presente requerimento endereçado à essa Pasta, dar respaldo necessário a manifestação de preocupação do Setor Jovem pertencente ao Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme correspondência assinada pelo seu Presidente, o jovem Milton Onaka e pelo seu Secretário o jovem Rubens Viana da Silva, ambos militantes ativos dos movimentos sociais em Mariluz.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja autorizada a realização de pintura das instalações do prédio da Delegacia de Polícia localizada na municipalidade de Mariluz.

As instalações da Delegacia de Polícia em Mariluz, apresentam atualmente alguns problemas em termos de higiene, especialmente no tocante ao desgaste da pintura em suas paredes.

Neste sentido, os responsáveis pelo setor de segurança pública daquela cidade, vêem a real necessidade de se efetuar uma pintura nova, o que trará por certo, não apenas um novo aspecto visual nas suas paredes, mas também oferecerá maior condição de higiene.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a imediata realização de reformas gerais na Escola Oswaldo Cruz, localizada na municipalidade de Campo Mourão.

O pedido se faz necessário tendo em vista as péssimas condições das instalações daquele estabelecimento educacional que põe até mesmo em risco a saúde e integridade física dos professores, funcionários e estudantes. Ademais, a direção escolar não dispõe de recursos financeiros que permitam a realização de reformas em suas instalações de um modo geral.

Em razão dos motivos expostos, espera-se dessa EMOPAR e Secretaria de Estado da Administração o devido apoio para aquela escola, atendendo também, deste modo, iniciativa do Dr. Marcos Castro Alves, residente na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a liberação de uma verba para o Colégio Cecília Meireles - Ensino de Segundo Grau, no Município de Tupãssi, para que possa ser mantido o número de alunos do mencionado colégio, uma vez que as crianças que lá estudam são de baixo poder aquisitivo e sem condições de continuar efetuando o pagamento das mensalidades.

Informo ainda que o Colégio Cecília Meireles é mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, e seria de grande importância para a municipalidade que o mesmo fosse assumido pelo Governo do Estado, facilitando assim o aprendizado de Tupãssi.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Secretária de Estado da Educação - Professora Gilda Poli da Rocha Loures, e ao Ilustríssimo Delegado Regional do MEC - Dr. Vêsperto Mendes, solicitando a aplicação da lei 5465, de 03 de junho de 1968, que dispõe sobre o pre-

enchimento de vagas preferenciais nos estabelecimentos de ensino superior que ministram cursos agropecuários, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação busca estender o ensino agropecuário de nível superior às pessoas mais identificadas com a agricultura e pecuária paranaenses. Dessa forma, estaremos contribuindo para o surgimento de profissionais altamente capacitados em nosso Estado.

A lei 5465, conhecida como "Lei do Boi", estabelece preferência para o preenchimento das vagas nos estabelecimentos de ensino superior agropecuários. Essa preferência beneficia os candidatos que possuem vínculo anterior com o setor primário da economia. Segundo a lei, 80% das vagas são reservadas preferencialmente aos agricultores ou filhos destes, e aos técnicos com formação média nessa área.

No Paraná, o atendimento à solicitação atingirá os cursos de Medicina Veterinária, Agronomia, Zootecnia e Engenharia Rural; todos eles ministrados pelas Universidades Estaduais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Fundações Municipais de Bandeirantes e Cascavel, além da Universidade Federal do Paraná.

Assim sendo, acreditamos na justeza de nossa reivindicação, pois vem contribuir para o desenvolvimento da nossa Agricultura e Pecuária, além de reconhecer o direito dos técnicos em continuar seus estudos, e dos agricultores em conhecer melhor as técnicas de tratamento da terra.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente à SEED, sugerindo denominação de Escola Estadual Professor Moacyr Teixeira ao estabelecimento da Rede Estadual de Ensino localizado no Conjunto Habitacional João Paz, no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme registrou o jornal "Folha de Londrina" em sua edição de 31/05/84, o Professor Moacyr Teixeira foi um dos fundadores da Associação dos Professores do Norte do Paraná, preso e cassado pela Revolução de 64 - teve seus direitos políticos suspensos e ficou impedido de lecionar durante 16 anos.

Formado em 1939, em Ribeirão Preto, Moacyr Teixeira começou a lecionar matemática em 1942, no Colégio Londrinense, onde

exerceu também o cargo de diretor. Em 1945 transferiu-se para o Colégio Vicente Rijo - também lá foi diretor auxiliar - permanecendo até 64, quando ficou preso durante 60 dias num quartel em Curitiba e foi aposentado compulsoriamente sob a acusação de desenvolver atividades subversivas. Em novembro de 80 foi, finalmente, reintegrado nos quadros do magistério paranaense, beneficiado pelo decreto de anistia do Presidente Figueiredo.

Quando recebeu a notícia de sua reintegração nos quadros do magistério, ele se mostrou entusiasmado e disse que ainda tinha muita sede de ensinar, transmitir conhecimentos. Mas a doença, já em estágio avançado, não lhe deu tempo - ele nunca pôde reassumir totalmente suas atividades de professor.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Serviço da Loteria do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado das Finanças, no sentido de que seja comunicada a esta Assembléia, a forma de distribuição de bilhetes de loteria estadual, informando principalmente:

1 - Número de bilhetes colocados à venda, mês por mês, de abril de 1983 até a presente data.

2 - Sistemática de corretagem dos bilhetes colocados à venda.

3 - Comissões pagas, em percentual e valor, mês a mês, referente ao período do item 1, relacionando os beneficiados.

4 - Empresas ou pessoas que funcionam como distribuidoras, e as respectivas cotas de venda e comissionamento pagos, mês por mês, referentes a 1982, 1983 e 1984 até a presente data.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes - Deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando a instalação de um Pórtico Metálico de Sinalização Rodoviária sobre a BR-376, na altura do trevo de acesso à sede do Município de Marilândia do Sul, localidade de "Leão do Norte".

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A sede do Município de Marilândia do

Sul não se acha servida por sinalização que destaque, indicativamente, o seu acesso. E essa solicitação cresce em importância para a comunidade pelo fato de Marilândia do Sul localizar-se alguns quilômetros retirados da rodovia.

O atendimento à presente reivindicação corresponde aos anseios daquela comunidade, e de suas lideranças políticas e comunitárias da região. Tais motivos, justificam nossa reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o competente Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil S.A., encarecendo a instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil, no Município de Altamira do Paraná - PR.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Anexamos os dados sócio-econômicos do município, à guiza de justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do parecer exarado pelo Sub-Procurador Geral da República, Dr. Aristides Juqueira Alvarenga, aprovado pelo Procurador Geral da República, Dr. Inocêncio Mártires Coelho, concluindo pelo arquivamento do Inquérito Parlamentar instaurado neste Poder, para apurar possíveis irregularidades junto à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, na gestão do ex-Secretário, Deputado Federal Oscar Alves.

Sala das Sessões, em 04/06/84.

(a) AIRTON CORDEIRO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Albert Camus, filósofo que tão bem soube captar a angústia e a desilusão do nosso século, contava que um sábio oriental costumava pedir à Divindade, em suas orações, tivesse, a bondade de poupar-lhe viver numa era interessante. Arrematando a parábola, Camus afirmava: "Como não somos sábios, a Divindade não nos poupou e estamos vivendo numa era interessante".

Interessante e, podemos acrescentar,

difícil. Era de crise e perplexidade. Era na qual as interrogações e as dúvidas sobre o futuro do homem vão se amontoando e nevoando nossas consciências, impedindo-nos de ver claramente qual a saída que se apresenta.

Temos, por vezes, a impressão de estar, como afirmava William Faulkner, numa "corrida desenfreada em direção ao nada", separando-nos da grande raiz da vida que é a Esperança, separação que significa cair no desespero ou, pior ainda, na ilusão.

Pode parecer deslocado: estamos falando desta forma nesta Casa, cuja preocupação maior são os problemas imediatos com os quais se depara o nosso Estado. No entanto, temos a certeza de que, sem deixarmos de lado o que é imediato, não podemos, como representantes legítimos do povo, nos omitir face às graves preocupações que atingem a sociedade humana como um todo. Daí porque, sem nos alhearmos do que nos toca especificamente, queremos hoje estender a nossa reflexão, para o preocupante assunto da paz mundial, que, no fundo, trata da própria sobrevivência do homem e do seu futuro.

A paz é a busca incessante do homem. É a sua utopia máxima. Mas, a sua realidade cotidiana é a guerra, a violência e a destruição. Hoje, mais do que nunca, a presença do espectro terrível da destruição total é uma constante na vida do homem, atirando-o na crise existencial que o caracteriza.

Ainda ecoa em nossa consciência o mote da década de 70: "o sonho acabou". Os sonhos acabam: o pesadelo continua. O jogo fica cada vez mais complicado. Uma faca de dois gumes. Caminhamos sobre fios, como nunca corda bamba. Aprendemos que as linhas de segurança e tranquilidade não existem. Mas, como diz o poeta, navegar continua sendo preciso. E, mais ainda, navegar é viver. Abrir caminhos que não existem, mas que se fazem ao caminhar.

Fomos violentados em nossa inocência. A euforia do início do século, quando a Ciência afirmava-se como a aurora radiosa de uma humanidade nova, orientada pela Razão, que semeou tantas ilusões, cedeu lugar ao medo, à insegurança e à mentira.

Nosso mundo é um mundo em crise porque experimentamos, não a grandiosidade de uma ciência a serviço do bem-estar e da felicidade do homem, mas a serviço da destruição e da opressão. A guerra fria, a corrida armamentista desenfreada e sem lógica, a iminência constante da loucura nuclear, a devastação do meio ambiente, a degradação da qualidade de vida, o incremento espetacular da fome e da miséria, tudo isto destruiu pela raiz nossas ilusões e nos fez descer à profundidade de nossa insignificância e impotência.

Mas, a crise, que penetra todos os poros da sociedade contemporânea, tem uma dupla face. Enquanto muitos a lamentam e vêem nela o elemento corrosivo dos fundamentos da nossa esperança, outros a saúdam como a ruptura necessária para a abertura libertadora de um horizonte mais visto, mais cheio de vida. Por questionar os fundamentos, o tempo de crise dá a sensação de que algo vai morrer, se corromper e se diluir; mas, igualmente é o tempo da impressão de libertação, de alívio e da arrancada reliz para uma solução mais integradora de todos os elementos da vida.

Vivemos uma era interessante porque, na crise, busca-se com especial intensidade o momento em que o essencial se afirma com maior clarividência. É o momento do despojamento, do reencontro com a própria realidade. Tempo de deserto e de nudez. Tudo o que é accidental, derivado, periférico, empalidece em sua consistência e validade, a fim de propiciar a busca do cerne dos problemas. Daí as paixões e as tensões surgidas. Sua dramaticidade, seu desafio e perigo. Mas também a chance de uma vida nova, dentro de um horizonte mais aberto.

Como diz, lapidariamente, Thiago de Mello:

"Cada vez mais sozinho e mais feroz,  
a ternura extraviada de si mesma,  
o homem está perdido em seu caminho.  
É preciso fazer alguma coisa  
para ajudá-lo. Ainda é tempo. É tempo.  
Apesar do próprio homem, ainda é tempo.

Apesar dessa crosta que cultivas  
com amianto e medo, ainda é tempo.  
Apesar da reserva delicada  
das toneladas cegas mais perfeitas  
de TNT pousando sobre o centro  
de cada coração - ainda é tempo.  
Sei porque canto: se raspas o fundo  
do poço antigo de sua esperança,  
acharás restos de água que apodrece."

A esperança, como a vida, é um dom total. Inesperado, incompreensível, imerecido, que brota do fundo da nossa liberdade. É preciso, para achá-la, "raspar o fundo" da nossa existência e descer ao cerne do nosso projeto de futuro, apagando os rastros que a violência e a destrutividade deixaram em nossa vida. A paz brota da esperança de viver tornada realidade cotidiana, concretizada em nosso existir. Paz que repousa no amor verdadeiro à vida, na sua valorização, perfeitamente sintetizada na máxima tradicional judaica: "a vida é santa, não a morte".

O Humanismo clássico, cuja tônica foi o cultivo das humanidades, foi ultrapassado pelo racionalismo e pelo predomínio da ciência. A Ciência e a Tecnologia mudaram

a face da história. Alfred Whitehead, em "A Ciência e o Mundo Moderno", diz que "a maior invenção do século dezanove foi a invenção de um método de invenção. Um novo método entrou na vida. (...) Antes disso, o processo de mudanças era vagaroso, inconsciente e inesperado. No século dezanove, o processo se tornou rápido, consciente e esperado". As relações do homem com a natureza, que até então estavam ao nível do acaso, passam a se subordinar à intenção e ao projeto humano, porque a Razão descobrira a maneira de penetrar a natureza. As linhas gerais do desenvolvimento teórico são determinadas pelas tarefas históricas de controle e domínio. De acordo com Thomas Kuhn, passamos da evolução e partir do que conhecemos para a evolução na direção daquilo que desejamos conhecer (A Estrutura das Revoluções Científicas). A Ciência, a Tecnologia ofereceram as bases históricas para uma filosofia do otimismo que cria que finalmente se resolvera a milenar contradição entre o homem que teme e o mundo que ameaça. O homem que teme se transforma no homem que controla e domina. E o mundo que ameaça passa a ser o mundo que serve. A tecnologia seculariza a história, dando lugar ao messianismo da técnica. É ela que haverá de criar um mundo novo, mais humano e mais amigo, instrumento da LIBERTAÇÃO histórica do homem.

Quer queiramos, ou não, somos filhos dessa esperança. O desapontamento do século XX não a apagou, mas a renova, apesar das contradições patentes. Se a tecnologia afirma que possui os instrumentos para solucionar todos os problemas humanos, tal afirmação convive com o fato de que a fome ainda atinge milhões de seres humanos. As conquistas médicas apontam para a possibilidade do homem não somente viver, mas viver mais. No entanto, crescem as taxas de mortalidade infantil e grassam ainda doenças seculares. A máquina, a cibernética, realizariam o sonho do homem se transformar no "homo ludens", para quem o trabalho é prazer. No entanto, milhões são escravizados a um trabalho vivido em condições infra-humanas. Mas, o mais terrível, é a tecnologia posta a serviço, não da vida, mas da morte, na fabricação dos mais sofisticados instrumentos de destruição já mais postos ao alcance do homem. Tais são as contradições que nos tornam cada vez mais perplexos.

Aonde erramos? Serão a Ciência e a Tecnologia intrinsecamente portadoras de destruição? Será a inteligência uma ameaça à própria sobrevivência do homem? Creemos que não. Estamos de acordo com a afirmação do notável humanista, Professor Menahem Diesendruck quando afirma que "progresso técnico e descobertas científicas, maneja-

dos por homens sem escrúpulos, são uma maldição e não uma bênção" (Sermões).

A luta pela paz mundial exige, de cada um de nós, perfeito conhecimento da realidade atual. Exige, ainda, continuada reflexão sobre a responsabilidade ético-política dos homens de ciência, dos governantes e de todos quantos detêm parcela de poder.

A verdade é que, desde 1956, quando Karl Jaspers pronunciou a sua famosa conferência sobre "A Bomba Atômica e o Futuro do Homem", alertando a consciência mundial face ao desenvolvimento das pesquisas termo-nucleares e à produção de bombas atômicas, a situação somente se agravou e não se tem encontrado qualquer solução ética e política que diminuísse efetivamente o risco iminente de extinção da vida sobre a face da terra. O futuro do homem continua ameaçado pelo produto de sua atividade criadora.

Todas as pessoas conscientes almejam hoje a extinção das armas nucleares, mas o fato é que jamais se conseguiu o controle recíproco e se multiplicam os Estados que as produzem, incluindo o Brasil. As guerras continuam, localizadas mas devastadoras onde ocorrem. E o perigo atômico-nuclear é arrastado para a área da velha política de espertezas, ameaças e mistificações. Examinando-se as diversas possibilidades, chega-se à conclusão de que o único caminho possível para a solução do problema passa pela transformação de nossa maneira de sentir e pensar, nossa vontade ético-política. Como diz Jaspers, "se o homem quiser continuar a viver, terá de transformar-se".

A transformação proposta por Jaspers deve verificar-se no próprio indivíduo, pela sua maneira de viver, abrindo-se para a formulação de uma nova ordem política e de novos conceitos éticos que surgirão em função de uma indagação básica: morte ou valorização da vida.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A paz que propomos não é simplesmente ausência de guerra. É a Justiça, e por justiça se entenda uma ordem social que cria para cada ser humano concreto condições econômicas, sociais, políticas e culturais que permitam o pleno desabrochar de todas as riquezas humanas. Na verdade, onde os seres humanos têm fome enquanto outros possuem bens em abundância, há violência. Onde seres humanos são privados da oportunidade de atender à cultura do seu corpo e do seu espírito, há violência. Onde seres humanos não possuem meios para proclamar a sua verdade ou a sua fé porque não estão de acordo com a sociedade dominante, há violência. Todas essas violências são estruturais, mantidas e perpetuadas pela violência direta, pela repressão policial

ou militar. Daí porque não há hipocrisia maior que acusar apenas à violência simétrica dos que lutam pela liberdade de violência, designando a violência estrutural como "ordem".

A paz que queremos é aquela que brota da abominação de toda e qualquer violência, que extingue seus rastros na história, instaurando um mundo novo, de justiça e fraternidade. Paz que decorre, portanto, de uma vontade ética e política visando uma ordem nova brotando a transformação da história. Paz que supõe uma visão realista da situação histórica e um chamado urgente à mudança rápida, universal e profunda. Viver na esperança é crer fortemente no Homem e lutar corajosamente para mudar algo todos os dias.

E é caminhando este caminho que homens e mulheres de boa vontade de Curitiba e do Paraná promovem no próximo dia 6 de junho mais um encontro para discutir a criação da Seção Paranaense do CONDEPAZ - Conselho Brasileiro de Defesa da Paz. Para debater os efeitos da bomba atômica e a luta pela paz estão convidados todos os Srs. Deputados.

Como também é neste mesmo rumo que caminha a organização do V Fórum de Debates da Assembléia Legislativa a realizar-se no próximo dia 14 de junho, cujo tema central é a Cultura, a Ciência e a Tecnologia: pelo homem e pela paz. O objetivo tanto do Fórum como do CONDEPAZ é trazer a questão da paz para mais perto da vida política paranaense. Pois do ponto de vista da vida econômica e social esta já está permeada pela questão da paz. É claro que pelo seu pólo antagônico, o da violência, mas está. Ou alguém desconhece que o Paraná hoje exporta canhões através da Indústria Mecânica e Sistemas do Brasil Ltda., cuja fábrica localizada no Município de Araucária conta com a participação dos grupos Monteiro Aranha, Walter Moreira Sales, Atlântica-Boa Vista, Bradesco, C. R. Almeida - Engenharia e Construção Pesada, Eletrometal, Avibrás e ITS Carlos Alberto Andrade Consoviadas com o Grupo Italiano Oerlikon.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que introduzimos hoje nesta Casa o debate sobre a paz. Pois, além do mais "a esperança da paz é um apelo constante à luta" (Tristão de Athaide).

Dentro desse conjunto de idéias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos fazer uma referência e um registro nos Anais da Assembléia, do texto do articulista Tato Taborda, publicado no jornal "Correio de Notícias", datado de 03.06, ontem, em que sob o título de "Preparando Novo Vietnã", aprofunda a análise da corrida armamentista no enfoque brasileiro, ou seja, denuncia mais uma vez como em outras oportunidades, outros articulistas,

intelectuais e mesmo parlamentares como é o caso do Deputado Federal José Tavares, que no ano de 1983, na Tribuna do Congresso Nacional, detalhou esse assunto, mas que nesse artigo de ontem o articulista Tato Taborda exemplifica pegando pelo recente episódio da remessa do protótipo de caças bombardeiros de fabricação italo-brasileira que, em período de teste, se despedaçou contra o solo num voo experimental e puxando por aí toda política internacional da indústria bélica que hoje, como não só na época da guerra do Vietnã, mas que ainda hoje influencia determinantemente a política externa dos Estados Unidos, mas que pretende tornar o Brasil como uma das cinco potências mundiais em termos de produção de armamentos.

Esse fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essas análises e o tema, a questão da paz, nos parece, embora aparentemente distante do dia a dia da vida política paranaense, da maior importância e merecedor da atenção e do estudo de todos aqueles que conscientemente procuram representar com dignidade o pensamento da população.

Está no cerne da sociedade paranaense de todas as camadas, trabalhadores, empresários, mulheres, homens, juventude, o sentimento profundo de esperança da paz e a ilusão nossa, pretendemos excluir esse tema da nossa ordem de preocupações da vida política paranaense.

O fato de que no Paraná - essa não é uma denúncia inovadora, ela é simplesmente um repisar de uma denúncia já ocorrida, de que no Paraná já se produz armamento bélico, com a ilusão, dentro do atual modelo, da atual política econômica, de que através da exportação de material bélico, o País conseguirá sair do impasse da sua dívida externa, esse é um dos postulados daqueles que orientam a nossa economia; entendendo no farto mercado consumidor, do Oriente Médio e da América Central, como possíveis de ser ocupado por indústrias localizadas no País, essa é uma questão que a nosso ver, tem muito de perto a nos afetar. E a nossa intenção aqui hoje, não é outra senão vir, de público, fazer o convite em nome da Comissão Organizadora da Seção Paranaense do Conselho de Defesa da Paz, uma reedição do antigo movimento brasileiro pela paz, que neste mês de junho se instala no Paraná. No próximo dia 06, às 20 horas, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, é o próximo encontro. E no dia 14, nesta Assembléia, no Plenário da Assembléia, com o patrocínio da Assembléia Legislativa, o V Fórum de Debates, abordará: a Ciência, a Cultura e a Tecnologia, enfocados do ponto de vista da paz e do ponto de vista do homem.

Era este o nosso interesse, e é esse o nosso convite.

Eu agradeço a atenção. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulta à Liderança do PMDB, se deseja usar do tempo que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Anibal Khury, no horário reservado à Liderança do PMDB.

O SR. ANIBAL KHURY - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos assistindo, nas últimas semanas, um espetáculo de autofagia política que muitos nos entristece. Sucedem-se as acusações de corrupção e abuso de poder, enquanto as duas bancadas se degladiam, criando uma imagem distorcida da realidade.

A julgar pelos discursos inflamados que estamos assistindo, a opinião pública tem todo o direito de formar um juízo definitivo sobre a classe política: são todos ladrões, irresponsáveis e levianos.

Vimos à tribuna hoje, com a intenção de apelar aos Srs. Deputados, de ambas as bancadas, para que reflitam sobre a complexidade do momento político que vivemos e principalmente sobre a relevância dos mandatos que recebemos do povo, para legislar segundo os interesses maiores do Estado e da Nação e para defender os seus legítimos direitos, acima de quaisquer injunções partidárias.

Queremos inicialmente levantar uma preliminar, dizer aos Srs. Deputados que, em geral, as ditaduras são como os regimes mais corruptos, tudo fazem para se apresentar à opinião pública como guardiões da moralidade.

Inversamente, os regimes verdadeiramente livres nem sempre fazem profissão de fé democrática e os políticos honestos não precisam alardear as suas próprias virtudes, que mais dia, menos dia, acabam sendo reconhecidas por todos.

Houve época neste País que o Imperador exercia o Poder Executivo e o Poder Moderador estabelecido na Constituição de 1924, competindo-lhe nomear e demitir ministro e dissolver a Câmara dos Deputados, uma vez que o Senado era considerado vitalício.

O artigo 99 da Constituição dizia que a pessoa do Imperador é inviolável e sagrada. Ele não estava sujeito à responsabilidade alguma. E o Imperador exercia suas prerrogativas ao sabor dos seus caprichos pessoais, nomeando e destituindo o Conselho de Ministros sempre que havia desentendimento entre o Gabinete e o Parlamento.

O Marquês de Olinda presidiu o Conselho de Ministros, cargo que foi exercido por três vezes pelo Duque de Caxias e tam-

bem por três vezes, pelo nosso conhecido Zacarias de Goes e Vasconcelos.

Ambos eram adversários políticos e D. Pedro II ora governava com os conservadores, ora com os liberais.

Assim, os políticos em geral silenciavam sobre as mordomias do trono e do gabinete, ou se limitavam a fazer algumas críticas muito discretas.

Nessa espécie de gangorra política, houve inúmeros casos de ascensão ao Ministério, de personalidades que na véspera criticavam virulentamente o governo.

Mas, isso não impediria que a imprensa da época expusesse à exacração pública a incompetência, o comodismo e os atos de malversação praticados pelos donos do poder.

Exemplo disso, foi publicado na "Folha Ilustrada" a respeito de um desentendimento entre dois Ministros:

"Teríamos preferido que o espetáculo político acabasse por um ballet; aqueles imperiais calções de seda são muito pitorescos; os pais da pátria também deveriam usá-los. Já que o povo paga, é justo que o divirtam, uma vez que nada fazem em benefício dele".

Um desses pais da pátria, o Conselheiro João Luís Vieira Sinimbu, foi exonerado em consequência da crise criada por um decreto do Ministro da Fazenda, instituindo o imposto do vintém, a partir de 01 de janeiro de 1880.

Os passageiros dos bondes do Rio de Janeiro passaram a pagar um vintém a mais em suas viagens, a título de imposto.

Veículos foram queimados, houve conflitos de rua e uma grande repressão e o gabinete caiu em total descrédito.

Com a abolição da escravidão, desmoronou o sistema econômico que sustentava o Império e daí à Proclamação da República foi um passo muito pequeno.

A República foi saudada nas ruas, pelo povo eufórico, traduzindo a esperança de todos por uma nova era de paz e de prosperidade.

Elaborada a Constituição Republicana em 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca foi eleito pelo Congresso Nacional, tendo o General Floriano Peixoto como vice.

E desde cedo o povo se desiludiu com a chamada República Velha, que instituiu um novo tipo de servidão, conforme o modelo português, representado pelos grandes comerciantes e proprietários de terras.

Os eleitores eram tangidos à boca da urna pelos "coronéis" da terra e ali eram constrangidos a declarar seu voto, que era anotado pelo secretário da mesa coletora, geralmente um servil dos poderosos da época.

E a República Velha se transformou em símbolo de opressão e corrupção, que ge-

ralmente são faces da mesma moeda, em todas as épocas e em todas as partes do mundo.

Um exemplo típico disso, nós tivemos após a Revolução de 1964, que para muitos foi feita com a melhor das intenções, e hoje todos reconhecem, devem ter se perdido pelo caminho.

A revolta contra as fraudes e a eleição "a bico de pena", foi o que inspirou a Revolução de 1930, destinada a despertar este gigante, que não deve permanecer deitado eternamente num berço esplêndido!

Os ideais da Revolução de 30, contemplavam os anseios culturais da época, o desejo de progresso e desenvolvimento, que não mais podiam ser atendidos pela República, comprometida com as velhas e corrompidas oligarquias, mas também a Revolução de 30 se perdeu pelo caminho!

Em 1934, a Assembléia Nacional Constituinte elegeu o Presidente Getúlio Vargas, que havia assumido o Poder quatro anos antes, pela força das armas, a sucessão de Getúlio seria em 1938, mas o carismático caudilho, preferiu dar outro golpe para continuar no Poder, e Getúlio fechou o Congresso, instituiu um regime autoritário, censurou a imprensa, reprimiu as greves e as passeatas estudantis, tratou os problemas sociais como caso de polícia e encarcerou os adversários políticos.

Sintonizando com as aspirações democráticas do povo brasileiro, após a derrota dos países do eixo, na segunda guerra mundial, Getúlio Vargas convocou a Assembléia Nacional Constituinte, anistiou os presos políticos e promoveu eleições livres, elegendo o seu sucessor o Marechal Dutra, que foi o seu Ministro da Guerra, e de certa forma se identificava com os Pracinhas que lutaram na Itália.

Foi a época da política da boa vizinhança, quando o grande capital internacional substituiu os exércitos invasores na tarefa de dominar e colonizar os povos, tornando-os servos das metrópoles que aumentam o seu poderio e as riquezas, enquanto as colônias empobrecem!

Getúlio voltou em 1950, pelo voto popular, com a determinação de se opor à avalanche do grande capital estrangeiro, criou a Petrobrás e a Eletrobrás e tentou disciplinar a remessa de lucro além de aumentar o salário mínimo em 100%.

Infelizmente, Getúlio Vargas já não empolgava as multidões e ele se viu impotente para resistir às ações combinadas de seus adversários e dos interesses multinacionais, que viam na queda de um Governo a oportunidade para cravar mais fundo as suas garras no nosso território.

E a tática usada pelos inimigos de Getúlio foi a denúncia sistemática e implacável de atos de corrupção, para justificar

a desestabilização do Governo, desacreditando-o a nível nacional e internacional, dizia-se: "Getúlio estava chafurdando em um mar de lama", quando a realidade era bem outra, inconformados com a derrota nas urnas os adversários de Getúlio pretendiam chegar às urnas através de um golpe de Estado, mas não contavam com o último e desesperado gesto de Getúlio Vargas, ator de primeira grandeza no grande drama de nosso País!

Para não cansar, Senhores Deputados, nos abstermos de comentar os fatos posteriores ao suicídio de Getúlio, quando em várias oportunidades esta mesma técnica de desestabilização de Governos legítimos, através da bandeira de combate à corrupção, foi utilizada por adversários políticos.

Não queremos dizer que no exercício de mandatos populares devamos permanecer em silêncio diante de fatos comprovados de corrupção, mas entendemos que este é um combate que deve ser travado com muitas cautelas.

Não podemos nos dar ao luxo de macular a reputação de homens de bem e nem permitir que em nome de um falso moralismo se pretenda criar um clima de ódios e revanchismo para impedir que as autoridades legitimamente construídas possam exercer normalmente as prerrogativas dos seus cargos e administrar a coisa pública visando atender às necessidades do Estado que anseia pelo progresso e os direitos da população que devem pairar sobre os apetites políticos e os interesses partidários. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulto a Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado. Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 08/84, (Mensagem n.º 45/84- ex-Proposição n.º 57/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.º Termo Aditivo de 25.10.83, ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 137/83, celebrado em 06.05.83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Kalorê, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 09/84, (Mensagem n.º 62/84, ex-Proposição n.º 67/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 05.01.84, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Loanda, objetivando a realização da XIV Exposição Agropecuária e Industrial, na sede do referido Município. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 10/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 80/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Cambé n.º 558/83 e Pirai do Sul n.º 501/83, objetivando execução de obras para recuperação de estradas nos respectivos Municípios. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 11/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 79/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Secretaria do Planejamento com interveniência da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul- SUDESUL, Municípios e objetivos que especifica. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 12/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 77/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, objetivando construção de unidades sanitárias para atendimento hospitalar básico. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 13/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 78/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA que aprova Convênios celebrados em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica objetivando a implantação de melhorias de infra-estrutura urbana. **Aprovado.**

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução

n.º 17/84, (Mensagem n.º 63/83, ex-Proposição n.º 68/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 12.12.83, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando possibilitar condições para realização de Trabalhos de Pesquisa sobre verminose de bovinos, no referido Município. **Aprovado.**

## EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 18/84, (Mensagem n.º 60/84 - ex-Proposição n.º 65/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

## EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 19/84, (Mensagem n.º 42/84, ex-Proposição n.º 58/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de Recursos Financeiros dos Programas que especifica. **Aprovado.**

## EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 21/84, (Mensagem n.º 158/83, ex-Proposição n.º 146/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08.07.83 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado.**

## EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 22/84, (Mensagem n.º 04/84, ex-Proposição n.º 07/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes os Municípios de Florai, Itambé e Guaraniagu, objetivando execução do "PROSAFRAS/83". **Aprovado.**

## EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 23/84, (Mensagem n.º 05/84, ex-Proposição n.º 08/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 351/83, celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraniagu, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

## EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 24/84, (Mensagem n.º 06/84, ex-Proposição n.º 09/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 12.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Florai e São Carlos do Ivaí, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

## EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de estágio probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Está em votação o Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, com ressalva das Emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

O SR. FERRARI JÚNIOR - Qual é o teor da emenda Excelência, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Solicito ao Senhor 1.º Secretário que faça a leitura.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Lê emenda n.º 1 ao Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, de autoria do Deputado Tadeu França).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Queria a informação, se foi colocado em votação a emenda, já?

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Acaba de ser aprovada a emenda. Foi colocada em votação e foi APROVADA.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 128/83, de autoria do Deputado TRAJANO

BASTOS, que declara de Utilidade Pública, o "COMITÊ DE AÇÃO SOCIAL - C.A.S.", com sede e foro na Cidade de Prudentópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 144/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS - CASA DA AMIZADE DE FLORAÍ", com sede e foro na cidade de Floraí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 206/83, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública, a "ORQUESTRA SINFÔNICA DE PONTA GROSSA", com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 207/83, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública o "PX CLUBE DE CURITIBA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 209/83, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ", com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 219/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TERRA BOA", com sede no Município de Terra Boa e foro no Município de Peabiru. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 138/83, de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ - ASVHU", com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 175/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o PODER EXECUTIVO a criar "UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR" no Município de União da Vitória. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n.º 179/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que autoriza o PODER EXECUTIVO isentar o "JOCKEY CLUB DO PARANÁ", dos encargos contidos na doação feita pelo Estado, transcrita no Livro 3-M, sob n.º 17.386, de 23.06.61, do Cartório da 2.<sup>a</sup> Circunscrição, desta Capital, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 243/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que dá nova redação ao Caput do Inciso XVII, do Artigo 1.º da Lei n.º 4.245, de 25.07.60, conforme especifica. (DENOMINA IVATUBA o atual Município de IVATUVA). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n.º 04/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que autoriza o PODER EXECUTIVO estabelecer normas e critérios visando a contratação pelas Repartições públicas Estaduais da Administração Direta e Indireta de menores pertencentes às Guardas Mirins existentes no Estado e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 05/84, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CRONISTAS ESPORTIVOS DO PARANÁ - ACEP", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n.º 10/84, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MANDAGUAÇU", com sede e foro na Cidade de Mandaguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 18/84, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ATALAIA - A.P.M.I.", com sede e foro no Município de Atalaia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 21/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA NOSSA SENHORA DA PAZ", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,

por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 31/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 84/84), que objetiva fazer constar, na estrutura da Procuradoria Geral da Justiça as unidades de nível de atuação instrumental de que trata o inciso IV, do Artigo 12, da Lei n.º 6.636, de 29.11.74, na forma que especifica e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 02/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 155/83), que objetiva considerar em extinção as atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais Militares (QCPM), previstas na Lei n.º 7047, de 21.11.78, alterada pela Lei n.º 7638, de 10.09.82 e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 02/84.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art.1.º - São Consideradas em extinção as atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais Militares (QCPM) previstas na Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982.

Parágrafo Único - As vagas em extinção do QCPM terão os seguintes destinos:

a) a de Major reverterá ao Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, quando ocorrer a promoção do seu atual ocupante ao posto de Tenente-Coronel, previsto e existente no Referido Quadro; e

b) a de Tenente-Coronel passará a integrar o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, quando o seu remanescente for atingido pelas disposições legais atinentes à reserva e outras que forem aplicáveis.

Art.2.º - O Art.4.º da Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4.º - O Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, será previsto em lei de fixação de efetivo da Polícia Militar do Paraná e constará de vagas para 1.º Tenente a Tenente-Coronel inclusive, de conformidade com as necessidades da organização e efetivos do Batalhão de Polícia Rodoviária, sendo facultado aos mesmos o exercício do comando da

unidade e respectivas subunidades".

Art.3.º - O Parágrafo 4.º do Artigo 2.º da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, acrescido pela Lei n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982, passa a ter a seguinte redação:

"§ 4.º - Para aplicação do parágrafo anterior criam-se automaticamente vagas no quadro de Oficiais QCPM em equivalência às existentes, em quantidade e postos estabelecidos no resumo dos quadros de oficiais em extinção (Anexo 2), com exceção de 1 (uma) vaga de 1.º Tenente e 1 (uma) de Capitão do Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário que constituirão o Quadro de Capelães Policiais Militares".

Art.4.º - O Quadro de Oficiais Capelães Militares constituir-se-á de uma (1) vaga de Capitão e uma (1) de 1.º Tenente, que serão deduzidas do Quadro em extinção de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, previstas no Anexo 2, da Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982.

Art. 5.º - As alterações constantes desta Lei não implicarão em aumento ou diminuição do atual efetivo dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983

(a) PODER EXECUTIVO.

**JUSTIFICATIVA:**

1. A Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969, em decorrência do disposto no Decreto-Lei n.º 667, que reorganizou as Polícias Militares, criou na Polícia Militar do Estado do Paraná, o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, a ser preenchido por Inspectores Rodoviários oriundos do extinto Grupo Ocupacional de Polícia do Departamento de Estradas de Rodagem.

2. Esta Lei limitou, aos optantes pela PMPR, o acesso ao posto de Capitão, considerando também o Quadro em extinção, Artigos 4.º e 5.º da mesma lei.

3. Tendo os atuais oficiais do Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário revelado condições intelectuais, morais, físicas e de comando nas subunidades do BP Rv, bem como demonstrado preferência no desempenho de suas funções, este Comando propõe o acesso dos mesmos até o posto de Tenente-Coronel, tendo em vista, principalmente, que nos Quadros da PMPR, os oficiais especialistas atingem os últimos postos da carreira, sendo portanto uma questão de justiça a permissão de acesso ao oficialato superior dos oficiais especialistas em policiamento rodoviário.

4. Para tanto proponho o aproveitamento das vagas de Major e Tenente-Coronel do Quadro de Capelães Policiais Militares (QCPM), as quais passarão para o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário.

A alteração no QCPM se deve ao fato de que, atualmente existe um Major Capelão cuja promoção a Tenente-Coronel deverá ocorrer em julho de 1984, ficando, portanto, aberta uma vaga de Major.

Ocorre que nos demais Quadros de Oficiais Especialistas da PMPR o ingresso se dá mediante concurso e no posto de 1.º Tenente e somente os Capelães ingressam como Major constituindo-se, assim, uma exceção.

5. Com vistas a padronizar o ingresso dos oficiais concursados nos Quadros da PMPR propõe-se deixar em extinção as vagas de oficiais superiores do QCPM revertendo-se para o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário e, ao mesmo tempo, aproveitando as duas primeiras vagas extintas deste Quadro, uma de 1.º Tenente e uma de Capitão Rodoviário para constituir o QCPM o qual em futura lei de fixação de efetivo poderá ser ampliado até o posto de Major.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 02/84

SÚMULA: Considera em extinção as vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais Militares e dá outras providências.

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 155/83, o Projeto de Lei em exame tem como objetivo considerar em extinção as atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais Militares, previstas na Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982.

O Projeto encontra-se incluído no elenco daqueles que são de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, não havendo lesão a qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional.

Considerando-se o exposto, não vemos qualquer impedimento em que a matéria continue a tramitar por esta Casa, e opinamos inclusive, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator.

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS  
Projeto de Lei n.º 02/84

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 155/83, tem o presente projeto de lei por objetivo considerar em extinção as atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais-Militares, previstas na Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982.

Sobre a matéria houve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto da análise desta Comissão, temos que o presente projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.84.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 02/84

O Projeto de Lei n.º 02/84, oriundo de Mensagem Governamental n.º 155/83, tem como objetivo considerar em extinção as vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais-Militares, levando em consideração justificativa apresentada pelo Comando da Polícia Militar do Estado.

O Projeto já recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Tendo em vista que, a sua aprovação vem favorecer os interesses daquela gloriosa corporação e que não há qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional que obste sua aprovação, nosso parecer é FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.84.

(aa) OSVALDO ALENCAR FURTADO

Presidente- Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 02/84

A Mensagem n.º 155/83, do Governador do Estado, propõe a esta Casa a extinção das vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM) previsto na Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei n.º 7.638, de 10 de setembro de 1982.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em claríssimo parecer, opinou favoravelmente, outro tanto fê-lo a Comissão de Finanças, ao concluir análise cuidadosa sob o aspecto financeiro da matéria.

O projeto atende aos interesses da Administração Pública, sob o aspecto dos Recursos Humanos, e por esta razão o parecer

é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 22.05.84  
(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente;  
NELSON VASCONCELLOS - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 24/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RONCADOR", com sede no Município de Roncador e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 10/84, de 22/03/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 24/84

De autoria do Nobre Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roncador, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Campo Mourão, tendo sido cumprido a exigência do requerimento de autoria deste relator, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.84  
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 25/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública o "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS, DO BRASIL - LAR BOM SAMARITANO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 10, de 22/03/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 25/84

De autoria do ilustre Deputado ROBERTO REQUIÃO, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública o Serviço de Assistência Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus do Brasil - Lar Bom Samaritano, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.84.  
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de lei n.º 29/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 68/84) que objetiva conceder ao ex-fun-

cionário Público Estadual HERCULANO SCHIMALESKI, pensão mensal de valor equivalente a um salário mínimo regional. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 29/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º Fica concedida a Herculano Schimaleski, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal no valor equivalente a um salário mínimo regional.

Art.2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/03/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 29/84.

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 68/84, objetiva conceder a Herculano Schimaleski, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal no valor equivalente a um salário mínimo regional.

A justificativa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado enfatiza a necessidade da medida ora proposta. De vez que, virá ensejar condições de sobrevivência a um exemplar ex-servidor público em razão de ter completado setenta anos de idade e de acordo com determinação de ordem legal, foi exonerado do cargo isolado de provimento em comissão que vinha ocupando por aproximadamente onze anos.

De acordo com a Legislação Federal e Estadual pertinentes, tal período de prestação de serviços na condição de servidor apenas comissionado não gera direito a aposentadoria, uma vez que esta constitui atributo de funcionário detentor de cargo efetivo.

Visto ser a medida ora proposta, justa, legal, oportuna e nos termos da Constituição Estadual de iniciativa do Poder Executivo, somos pela sua aprovação.

Nestas condições, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17.04.84  
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
ERVIN BONKOSKI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 29/84

Originário de Mensagem Governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade conceder pensão mensal ao ex-funcionário Herculano Schimaleski.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças

chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que o Orçamento Geral do Estado possui disponibilidade financeira para atender situações desta natureza, não havendo qualquer implicação de ordem orçamentário para sua aprovação.

Favorável é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;  
HOMERO OGUIDO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 33/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 86/84) que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Quedas do Iguaçu os lotes n.ºs 05, 06 e 07 da Quadra n.º 97, com área total de 1550 00 m², situados no referido Município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 33/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Quedas do Iguaçu os lotes 05, 06 e 07 da quadra 97, com área total de 1.550,00 m², situados à rua Seringueira, na sede do referido Município e objetos da matrícula n.º 8.855, de 18.03.82, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul.

Art.2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/04/84.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 33/84

Através de Mensagem de n.º 86/84, o Chefe do Poder Executivo encaminha a esta Casa anteprojeto de Lei autorizando a doação ao Município de Quedas do Iguaçu de imóveis de propriedade do Estado, conforme especifica.

A medida tem por objetivo atender dispositivos constitucionais, pois doações de tal natureza são de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, embora sujeitas à aprovação do Legislativo.

Por não haver qualquer óbice de natureza legal ou constitucional que se lhe possa antepor, o nosso parecer é favorável.

É o parecer. 17/04/84

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 35/84, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTTI, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor PADRE GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA FILHO. Com PARECER FAVORÁVEL da

C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 35/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Padre Gustavo Henrique Ferreira Filho.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/03/84.

(a) ORLANDO PESSUTTI.

Apoiamento: Fiori Luiz, Roberto Requião, Sabino Campos, Nelson Vasconcellos, Caíto Quintana, Erondy Silvério.

CURRICULUM VITAE - Doutor Padre GUSTAVO HENRIQUE FILHO S.J.

I- FAMÍLIA:

Nasceu em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, aos 12 de outubro de 1910, sendo seus pais GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA e MARIA CORDEIRO PEREIRA.

II - IDENTIDADE:

Carteira de Identidade n.º 836759.

Reservista de 2.ª Categoria do EXERCÍCIO BRASILEIRO.

Título de Eleitor n.º 26637 (1.ª Zona - 94.ª Secção), Curitiba - PR.

CPF 005897139.

Carteira Profissional n.º 02555-23.

INAMPS - matrícula 212621.

III - VIDA ESTUDANTIL:

a) Primeiros Estudos:

Fez seus estudos primários em Santa Maria - RS., na Escola de Santa Catarina, Bairro Itararé, dirigido pelas Irmãs Franciscanas da Caridade e da Penitência, com notas máximas de aplicação e comportamento.

b) Curso Técnico:

Aos 12 anos, matriculou-se na Escola de Artes e Ofícios na mesma cidade, sob os cuidados dos Irmãos Maristas, onde ficou 02 anos, distinguindo-se com a medalha de Honra ao Mérito e sendo orador oficial da Escola.

c) Curso Ginásial:

Aos 15 anos transferiu-se para o Ginásio Municipal Santa Maria, tradicional estabelecimento de ensino, dirigido naquele tempo, pelos fundadores da Província Sul Marista, oriundos da França, concluiu o curso com grande aproveitamento, à frente de organizações religiosas e literárias.

d) Curso Superior:

Em 1930 prestou Vestibular para a Faculdade de Medicina em Porto Alegre - RS., logrando classificar-se em 2.º

lugar. Durante o curso foi nomeado Interno de Clínica Médica por proposta de seu professor Doutor Aurélio de Lima Py, na Santa Casa de Misericórdia. Na Revolução de 1930, foi Interno do Hospital do V Regimento de Artilharia, em Santa Maria. Formado em Medicina em 20 de setembro de 1935, fez, nos últimos meses, curso de especialização em Pediatria, com o seu professor Décio Martins Costa, na Santa Casa de Porto Alegre.

#### IV - VIDA PROFISSIONAL EM PORTO ALEGRE:

Exercício de Medicina por 11 anos, em Porto Alegre. Inspetor Médico dos Colégios: Sagrado Coração de Jesus, Santa Clara e Sagrada Família. Professor de Higiene da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor de Higiene do Colégio Universitário. Professor de Biologia do Colégio Estadual Julio de Castilho. Professor de Química e Ciências Naturais do Colégio Anchieta e do Colégio Rosário. Membro da Comissão de Vestibular do U.F.R.G.S. Clínico da Casa de São Vicente.

#### V - VIDA RELIGIOSA NO RIO GRANDE DO SUL:

##### a) Laicato;

Presidente Arquidiocesano da Juventude Católica de Porto Alegre, por 05 anos consecutivos. Secretário de Expansão do mesmo movimento. Secretário da Congregação Mariana dos Universitários.

##### b) Formação Jesuítica;

Ingresso a Noviciado na Companhia de Jesus em 18/03/47. Diplomado em Filosofia e Teologia pelo Ateneu Pontifício Cristo Rei em São Leopoldo - RS. Ordenado sacerdote na Catedral de Porto Alegre, em 29/11/53. Primeira Missa Solene na Catedral de Porto Alegre, em 08/12/53, sendo então pregador o então arcebispo D. Vicente Scherer, hoje cardeal.

#### VI - MINISTÉRIO SACERDOTAL:

##### a) No Rio Grande do Sul;

Capelão da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Capelão Auxiliar da Santa Casa de Pelotas. Pregador de Retiros Espirituais e Conferencista em Pelotas e Rio Grande e Bagé. Assistente Eclesiástico do C.O.P. Pelotas - RS. Pregador do Retiro do Clero de Santa Maria.

##### b) No Paraná;

Capelão dos Universitários - Portarias de D. Manuel da Silveira D'Elboux e D. Pedro Fedalto. Capelão do PODER JUDICIÁRIO (Portaria do Arcebispado). Capelão da Casa do Estudante Universitário desde 1960, (Portaria do Arcebis-

pado). Capelão da Universidade Federal do Paraná. Capelão Auxiliar da Igreja do Rosário. Assessor e Fundador do Movimento Universitário Cristão (MUC). Assessor Eclesiástico e Fundador do Período UNIVERSITAS. Pregador de Retiros Universitários e Conferencista. Pregador na Igreja do Rosário. Assessor Eclesiástico do GRMEC (Profissionais liberais) sendo inclusive o seu fundador.

#### VII - ATIVIDADES NO ENSINO SUPERIOR - PR.

Professor de Cultura Religiosa - Centro de Ciências Biomédicas - U.C.P.  
 Prof. de Deontologia Médica - Centro de Ciências Biomédicas - U.C.P.  
 Prof. de Teologia - Dpto de Ciências Jurídicas U.C.P.  
 Prof. de Teologia - Centro de Ciências Biomédicas - U.C.P.  
 Prof. de Filosofia - Centro de Ciências Biomédicas - U.C.P.  
 Prof. de Medicina Pastoral do Seminário Maior Arquidiocesano.  
 Prof. de História Eclesiástica do Centro de Ciências Humanas - U.C.P.  
 Prof. de Estudos Brasileiros do Departamento de Ciências Jurídicas - U.C.P.  
 Assessor da Juventude Universitária Católica - (JUC).  
 Conselheiro do C.T.A do Centro de Ciências Biomédicas da U.C.P.  
 Membro do Conselho Departamental da Faculdade de Direito da U.C.P.

#### VIII - CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

##### Prelecionou:

Deontologia Médica - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Deontologia Médica Universidade Federal de Santa Maria - RS. Deontologia Médica - Universidade Católica do Paraná. Deontologia Médica - Congresso de Enfermagem em Santa Catarina. Deontologia Médica - Beneficência Portuguesa Pelotas - RS. Deontologia Médica - Santa Casa do Rio Grande - RS. Deontologia Médica - Taquaritinga - SP. Deontologia Médica - Universidade Estadual de Londrina. Conferências, artigos, sermões publicados em jornais, revistas científicas e religiosas.

#### IX - OUTROS TÍTULOS E HONORARIAS:

Membro da Comissão do CONCURSO NACIONAL DE CONTOS DO ESTADO DO PARANÁ. Cidadão Catarinense pelo município de Campo-Erê. Prof. titular da Universidade Católica de Porto-Alegre e Curitiba. Médico-Interno da Clínica Médica de Santa Casa de Porto Alegre. Sócio do Rotary Club Norte de Curitiba. Conselheiro Permanente da Associação de ex-Moradores da C.E.U.. Cidadão Honorário de Curitiba - Serviços prestados à Comunidade. (1978). Capelão do Palácio

Iguaçu (1983). Parainfo e homenageado de diferentes turmas no Rio Grande do Sul e no Paraná. Diretor do Depto. de Relações Humanas da Casa do Estudante Universitário. Presidente da Comissão de Natal da Casa do Estudante Universitário.

#### X - OUTROS DIPLOMAS:

Diploma do Rotary Club Norte de Curitiba - do Rotary Club de Paranguá - do Rotary Club de Ponta Grossa e do Lions Club Curitiba. Diplomas em cursos de Retórica Sagrada - Psicologia - parapsicologia - Deontologia - Liderança - Educação Sexual - etc ...

#### XI - PUBLICAÇÕES:

"DO MATRIMÔNIO COMO INSTITUTO NATURAL", Tese diplomação em Filosofia - (Ateneu Pontifício Cristo Rei - RS).

"O Código de ÉTICA MÉDICA À LUZ DOS PRINCÍPIOS CRISTÃOS" (Livro texto de aulas).

"NOÇÕES DE DEONTOLOGIA JURÍDICA" (Livro texto de aulas).

"POSSIBILIDADE E NECESSIDADE DA CASTIDADE" (folhetos).

"ANCHIETA E O BRASIL" (Revista Rotária do Brasil).

"VIDA DE ALDO MARCOZZI (Prefácio).

"FORMAÇÃO - DOM BARBIERI" (Prefácio).

"ARTIGOS ESPARSOS" - Conferências, Sermões, Homilias, etc...

Curitiba, 23 de agosto de 1978.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 35/84

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessutti, o presente projeto de lei tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Padre Gustavo Henrique Pereira Filho.

O Projeto está devidamente justificado e tem por objetivo homenagear uma personalidade das mais conhecidas nos meios universitários do Paraná. Difícil encontrar alguém que tenha passado pelos bancos universitários de nosso Estado que não teve contato ou ouvido falar do Padre Gustavo Pereira Filho. O seu trabalho no meio universitário é dos mais elogiáveis merecendo sem dúvida alguma a homenagem que este Poder Legislativo pretende outorgar-lhe.

O curriculum vitae anexo ao projeto bem demonstra a intensa atividade do Padre Gustavo em benefício de uma sadia educação universitária do nosso estado, razão pela qual das mais meritórias é a finalidade do plano de lei ora em exame, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.84

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
ERVIN BONKOSKI - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 38/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que autoriza o Poder Executivo criar a "FUNDAÇÃO CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE FÍSICO-CADEF com sede e foro na Cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 38/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social, a criar a Fundação Centro de Assistência ao Deficiente Físico - CADEF, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Parágrafo único - A Fundação Centro de Assistencial ao Deficiente Físico - CADEF, tem por finalidade principal prestar assistência aos deficientes físicos, em geral, cuja regulamentação constará em seus estatutos.

Art.2.º - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/03/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

CRIAÇÃO DO "CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE FÍSICO.

O deficiente físico é um ser humano carente de afeto e comunicação com o mundo.

Atividades:- Esportes -Hospitais - Artesanato - Literatura - Pintura - Música - Floricultura - Agricultura - Feira Exposição. O Centro, contará instrutores fixos (assistentes) contará professores e médicos estagiários.

A manutenção da Entidade:

a) Subvenção dos órgãos Governamentais, Municipal, Estadual, e Federal.

b) Donativo mensal espontâneo das empresas, com comprovantes para abate no Imposto de Renda.

c) Resultado Financeiro da Exposição Feira dos produtos agrícolas e do artesanato e pintura obtidos no CENTRO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer do Projeto de Lei n.º 38/84

De autoria da nobre Deputada Amelia Hruschka o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Fundação de Assistência ao Deficiente Físico - CADEF, na cidade de Campo Mourão.

Trata-se de matéria autorizatória, e sua finalidade é das mais meritórias.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.84

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 39/84, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que autoriza o Poder Executivo criar o "INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO LAR DO MENOR", com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 39/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º Fica autorizado o Poder Executivo a criar, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, o "INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO LAR DO MENOR", com sede e foro no município de Campo Mourão.

§ Único - O Instituto de Recuperação Lar do Menor, entidade assistencial funcionará em regime de internato, prestando atendimento - modelo para a recuperação de menores de dezoito anos, que por desajustes sociais, tenham cometido algum delito.

Art.2.º Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/03/84  
(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 39/84

Visa a nobre Deputada Amélia Hruschka, através do presente plano de Lei criar o Instituto de Recuperação Lar do Menor, com sede em Campo Mourão na forma que especifica.

Das mais louváveis é a iniciativa da autora e tendo em vista ser matéria meramente autorizatória, nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10/04/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
ANIBAL KHURY - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 44/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima Dom HÉLDER PESSOA CÂMARA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 44/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo Único - fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná a sua Exce-

lência Reverendíssima Dom Helder Câmara.

Sala das Sessões, em 28/03/84.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Dom Helder Câmara, homem dos mais notáveis em nossa Pátria e dos mais perseguidos pelas forças do obscurantismo, dispensa, absolutamente, encômios para que seja homenageado pelo nosso Estado.

Dom Helder Pessoa Câmara, nascido em 07 de fevereiro de 1909, em Fortaleza - CE, estudou no Seminário de Fortaleza, de onde saiu padre com 22 anos e meio.

Em 1931, padre Helder trabalhou ativamente entre os intelectuais e operários. Ainda no Ceará, atuou na Liga Eleitoral Católica e em 1934, foi nomeado pelo Governador Francisco Menezes Pimentel diretor do Departamento de Educação do Estado.

Em 1936, padre Helder transferiu-se para o Rio de Janeiro, ocupou o cargo de Assistente Técnico no Secretariado de Educação do Distrito Federal. Nesse ano abandonou o Integralismo.

Nomeado diretor do Ensino Religioso e da Renovação da Formação Catequética do arcebispado do Rio de Janeiro, Dom Helder foi, em seguida, Inspetor de Ensino no Ministério da Educação e, depois, Membro do Conselho Superior de Ensino daquele Ministério.

Paralelamente, tornou-se Conselheiro da Nunciatura Apostólica. Em 1952, é nomeado bispo-auxiliar.

Em 1950, expôs seus planos de fundar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao então futuro Papa Paulo VI, monsenhor Montini.

Enquanto bispo-auxiliar no Rio de Janeiro, Dom Helder iniciou uma atuação assistencialista com a fundação do Banco da Providência da Cruzada de São Sebastião, "para socorrer necessitados e indigentes". Na CNBB, Dom Helder ocupou, ainda, o cargo de Secretário de Ação Social (1964/1968) e foi Presidente da Comissão Brasileira de Migração.

Suas atividades na CNBB motivaram a fundação, em 1935, da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano - CELAM, da qual foi delegado do Brasil e Vice-Presidente durante o período de 1958-1960 e em 1964.

Mandado para Recife para assumir a Arquidiocese, no dia 12 de abril de 1964, menos de 15 dias após o golpe militar que derrubou o governo constitucinal de João Goulart, Dom Helder voltaria seu trabalho entre as camadas menos favorecidas da população.

Nos caminhos de Dom Helder, encontramos um dos representantes da Igreja Católica de maior prestígio em toda a América

Latina, digno das homenagens do Estado do Paraná e de seu povo.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 44/84

De autoria do nobre Deputado Sérgio Spada, objetiva o presente plano de lei outorgar o título de cidadania honorária a Sua Excelência Reverendíssima Dom Helder Câmara.

Cearense de Fortaleza, o homenageado veio a tornar-se um dos mais ilustres Bispos da Igreja Católica dos últimos tempos, principalmente por sua intensa ação social.

Dono de extraordinário carisma, Dom Helder notabilizou-se como o apóstolo do Nordeste, sendo considerado, naquela região, como o novo "Padre Cícero" dos dias atuais.

Exemplo de bondade e operosidade, Dom Helder é conhecido no País inteiro, que lhe dedica um carinho singular.

Por essas razões, justa é a homenagem que ora se vem de prestar a esse extraordinário líder espiritual do Brasil.

Quanto ao processo, preenchidas foram as formalidades legais e obedecidas as exigências de ordem constitucional.

Em tais circunstâncias, sinto-me honrado em participar dessa homenagem, votando pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10/04/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ANIBAL KHURY - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 45/84, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que institui meia entrada para estudantes em todos os locais públicos mantidos pelo Governo do Estado do Paraná, na forma que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N.º 45/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.º - Fica instituída pela presente lei a meia entrada para estudantes em todos os locais públicos, com caráter de lazer e/ou cultura, mantidos pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2.º - São estudantes aqueles regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino de primeiro, segundo e terceiro grau, reconhecidos pelo sistema e identificados pela Carteira de Identidade Estudantil da UPES - União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Grau - e da UPE - União Paranaense de Estudantes, ou por entidade por estas reconhecidas para emissão de documento de identidade estudantil.

Art. 3.º - São locais públicos, para os efeitos da presente lei, os teatros, cinemas, circos, pontos turísticos, estádios e congêneres.

Art. 4.º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 30 dias, revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/03/84.

(a) SÉRGIO SPADA

### JUSTIFICATIVA:

Com a nova legislação que regula a matéria, o Poder Público incorporou a idéia central da recente Portaria MEC/CONCINE, qual seja a de extinguir a meia entrada para os estudantes em determinados horários.

Com isso, retirou-se da juventude estudiosa brasileira uma conquista dos anos 50, numa clara violação do direito facilitado de acesso à cultura e ao lazer. Esta lei constitui, pois, medida de justiça aos direitos adquiridos pelos estudantes brasileiros, uma vez que democratiza as repartições públicas culturais e de lazer mantidas pelo Estado e respeita a antiga sistemática de cobrança de ingressos por cinquenta por cento do preço, em todos os horários e para todos os estudantes.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 45/84

Com o presente plano de lei, pretende o ilustre Deputado Sérgio Spada, instituir meia entrada para estudantes em todos os locais públicos mantidos pelo Governo do Estado do Paraná.

No que respeita ao mérito da iniciativa não há o que obstar, visto o profundo alcance em que a medida irá proporcionar a todos os estudantes paranaenses.

Quanto ao aspecto legal e constitucional, não há o que impeça a sua livre tramitação por esta Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/04/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
EZEQUIAS LOSSO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 54/84, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DA ORDEM SOBERANA MILITAR DE MALTA DE SÃO PAULO E BRASIL MERIDIONAL", com sede e foro na cidade de São Paulo. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado. (D.A. n.º 17, de 03/04/84).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 54/84

De autoria do ilustre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/04/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
IVAN GUBERT - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Eládio Satelli, ocorrido no dia 03 de junho do corrente ano, no Município de Campina da Lagoa. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Moacyr Teixeira, ocorrido no dia 29 de maio do corrente ano, no Município de Londrina. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Irton Grande, ocorrido no dia 03 de junho do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Sartori, ocorrido no Município de Cascavel. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 24/84, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Roncador. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, de sessão anterior, solicitado seja dedicado o dia 20 de junho do corrente ano, para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, concedido ao venerável Franciscano da Ordem Menor dos Capuchinhos Frei Miguel Maria Botaccin. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio

de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo informações sobre empréstimos em moeda externa, bem como sobre recolhimentos de encargos sociais no exercício de 1983. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitado o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo esclarecimentos sobre o pagamento de comissões de intermediação para a contratação de empréstimos externos em dólares. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo informações quanto a situação dos estoques de algodão, soja, milho e arroz, bem como razões da dispensa do ex-contador Sr. Romualso Celinsky e saída de cargos dos Srs. José Domingos Scarpellini e Carlos Hugo Von Grafen. - Encerrada a discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal. (**É procedida a chamada nominal**).

Vinte e seis Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Comandante do Corpo de Bombeiro, encarecendo a instalação de um Posto do mesmo no Município de Sarandi. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Mirassol. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de

um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Bom Sucesso. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, pela instalação da Coordenadoria daquele Instituto, no Município de Rio Negro. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório representante da ACARPA/EMATER, no Município de Munhoz de Mello. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a ampliação da rede de telefonia no Município de Juranda. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a doação de uma geladeira para a Escola Machado de Assis, no Município de Sertãoópolis. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sr.<sup>a</sup> Secretária da Educação, encarecendo a designação de técnicos especializados para auxiliarem na montagem de um laboratório no Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, no Município de Mariluz. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, do parecer do Sr. Sub-Procurador Geral da República, nos Autos de Denúncia, encaminhados pela CPI desta Casa. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sr.<sup>a</sup> Secretária da Educação, encarecendo a liberação de verba destinada ao Colégio Cecília Meireles - Ensino de Segundo Grau, no Município de Tupãssi. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretária da Educação e Delegado Regional do MEC, encarecendo a aplicação da Lei 5465, que dispõe sobre o preenchimento de vagas preferenciais nos estabelecimentos de ensino superior que ministram cur-

sos agrupecuários no Estado. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de aplauso aos Srs. Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal e Chefe do 3.<sup>o</sup> Distrito de Produção, pela passagem do 40.<sup>o</sup> ano de instalação daquela unidade, no Município de União da Vitória. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais na Escola Oswaldo Cruz, no Município de Campo Mourão. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a realização de pintura das instalações do prédio da Delegacia de Polícia no Município de Mariluz. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo o atendimento odontológico por aquele órgão previdenciário, no Município de Peabiru. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a denominação de Escola Estadual Professor Moacyr Teixeira ao estabelecimento da rede estadual de ensino, localizado no conjunto habitacional João Paz, no Município de Londrina. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Serviço da Loteria do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo seja comunicada a esta Casa, a forma de distribuição de bilhetes de loteria estadual. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a instalação de um Pórtico Metálico de Sinalização Rodoviária sobre a BR-376, na altura do trevo de acesso à sede do Município de Marilândia do Sul, localidade de Leão do Norte. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A.,

encarecendo a instalação de um Posto Avançado daquele estabelecimento de crédito, no Município de Altamira do Paraná. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Governo da Bolívia, por suspender o pagamento das amortizações e dos juros devidos aos bancos privados internacionais e somente cumprir as obrigações pendentes com os organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. - **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 138/83, 175/83, 279/83, 243/83, 04/84, 05/84, 10/84, 18/84, 21/84, 31/84.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 02/84, 24/84, 25/84, 29/84, 33/84, 35/84, 38/84, 39/84, 44/84, 45/84.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 25/84, 26/84, 27/84, 28/84, 29/84, 30/84, 31/84, 32/84, 33/84, 34/84.

Levanta-se a sessão.